

A educação no combate à pobreza no Brasil: o cinismo instituído

Resumo

Objetivou-se analisar as relações estabelecidas entre a educação e suas relações com a pobreza, em especial no Programa Bolsa Família (PBF). Buscou-se compreender as implicações de sua centralidade no âmbito do programa, condicionalidade principal para a concessão de recursos para famílias denominadas pobres no Brasil. O Bolsa Família foi o principal programa de combate à pobreza no governo de Luiz Inácio da Silva criado pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. Considerou-se o contexto histórico, político e econômico sob o prisma do capital no qual está inserida a temática em questão, considerando as relações entre a política social e, no seu interior, a educacional, a política de combate à pobreza e as diretrizes do Banco Mundial. Constatou-se que a educação além de estar diretamente relacionada com a política internacional, seu papel foi de gestão e controle da pobreza dentro dos limites aceitáveis pelo capital. A educação é chamada a resolver um problema cuja causa não está em si e a cumprir um papel de conformadora de sujeitos frente às desigualdades sociais.

Palavras-chave: Educação, Pobreza, Programa Bolsa Família, Governo Lula, Cinismo.

Joana D'arc Vaz

Universidade Federal de Santa Catarina
darcvaz.13@gmail.com

1 Introdução

O presente texto tece reflexões acerca das relações que perpassam a educação de modo geral, pois os problemas educacionais estão em consonância com os interesses do capital, o que fica evidente diante da prioridade que as políticas públicas atribuem à formação para o trabalho e para a redução da pobreza. Na investigação desenvolvida, propusemo-nos a analisar o papel da Educação no Programa Bolsa Família no Governo Lula, no período entre 2003 e 2010. O Programa, central na política social de combate à pobreza, foi criado pela Lei n. 10.836, de nove de janeiro de 2004 (BRASIL, 2004a), e regulamentado pelo Decreto n. 5.209, de 17 de setembro de 2004 (BRASIL, 2004b).

Tivemos como objetivo principal compreender as relações entre a política social e, no seu interior, a educacional, a política de combate à pobreza no Brasil, suas articulações com as diretrizes do Banco Mundial e as questões econômicas. Vislumbramos, também, aprofundar uma análise com base na concepção materialista-histórica, prisma que permitiu compreender seu papel na sociedade capitalista periférica.

No processo de pesquisa, partimos da análise do PBF no Governo Lula (2003-2010) e demarcamos seus traços em comum com o Banco Mundial. Evidenciamos o fato de que o PBF, ao transformar a Educação em uma condicionalidade, configurou-se uma estratégia de criação de consenso em torno de um projeto de poder, no qual a ideia de combate¹ à pobreza é central. Essa forma de tratar a Educação se liga ao objetivo de construir uma ideologia cujo papel é o de produzir o consenso em torno das ideias dominantes e do apassivamento da população, segundo expressão de Lucia Neves (2005).

Nessa direção, tecemos análises que evidenciam o quanto a educação é posta no âmbito da assistência social². Essa forma de tratar a educação se liga ao objetivo de

¹ Optamos pelo uso do conceito presente na documentação nacional e na do Banco Mundial. Contudo, entendemos que este se refere ao alívio da pobreza, uma vez que o Programa Bolsa Família transfere renda às famílias segundo um valor irrisório, como demonstraremos no texto.

² Evangelista e Leher (2012) assinalam a chegada de uma “virada assistencial” da Escola Pública: “Ao se associar a produção da pobreza à má qualidade da escola, argumenta-se que os problemas socioeconômicos brasileiros são produzidos no terreno educacional e, portanto, apenas nessa esfera é

construir uma ideologia, cujo papel é produzir o consenso em torno das ideias dominantes e do apassivamento da população, segundo expressão de Lucia Neves (2005). A educação é chamada para solucionar um problema em que a causa não está em si, mas no modo como a sociedade capitalista se organiza e estabelece suas relações sociais – no interior das relações entre capital e trabalho –, ao cumprir um papel de conformadora dos sujeitos frente às desigualdades sociais.

A análise do *corpus* documental do PBF e do BM proporcionou elementos para perceber a forte presença da ideia “salvacionista” atribuída à educação: por meio dela, o pobre poderá sair da situação de pobreza, poderá aumentar sua produtividade, terá maiores oportunidades, romperá com o círculo intrageracional da pobreza.

Sustentamos a hipótese de que a educação faz parte das estratégias político-ideológicas da globalização no processo de instituição das políticas de ajuste econômico, em busca de manter a pobreza sob controle. Também percebemos o quanto tais discursos trazem para o indivíduo a responsabilidade por sua própria condição de pobreza.

Também examinamos as relações estabelecidas entre educação e emancipação; educação e consumo; educação e trabalho e suas relações com a pobreza, em especial no Programa Bolsa Família (PBF). Partimos do pressuposto metodológico de que não é possível desvendar os elementos que subjazem a essa questão senão mediante uma análise profunda do mecanismo de funcionamento das relações sociais de produção capitalista. Alguns aspectos foram levantados: a função social da educação no PBF e para o Banco; os papéis a ela atribuídos, sobretudo no campo do assistencialismo, o que contribui para torná-la um instrumento de modo que sua principal função – a de possibilitar a apropriação do conhecimento historicamente acumulado – fica secundarizada e obscurecida.

possível solucioná-los. Essa racionalização desloca a necessária compreensão das relações capital-trabalho como determinação desses problemas, dirigindo-a ao campo educacional. Individualiza-se tanto a produção das aviltantes condições de existência de parcela importante da população brasileira como as suas soluções. Estamos diante do fenômeno do ‘empoderamento’ dos pobres e dos professores, pois deles dependeria o sucesso da escola pública na promoção da ascensão social de seus alunos – pobres. Não resta dúvida quanto ao sentido essencial da política educacional em curso: estamos diante de novas formas da pedagogia do capital” (EVANGELISTA; LEHER, 2012, p. 16).

Desse modo, organizamos este texto buscando construir uma análise que permita entender as relações que perpassam a educação e a pobreza no Governo Lula, por meio do PBF e sua conexão direta com o Banco Mundial.

2 A educação no programa bolsa família: estratégias de construção de consenso

Neste tópico, discutimos o papel da educação como condicionalidade para o acesso ao Programa Bolsa Família (PBF) e buscamos compreender sua relação com a construção de estratégias que obscurecem as relações entre capital e trabalho.

Na documentação coletada, identificamos que a educação cumpre uma tarefa ideológica, regida pelo capital, qual seja, a de manter a sociedade como está. Segundo Sader (2008), a sociedade capitalista – a mais desigual de toda a história – faz um processo de inculcação de valores nos indivíduos de tal maneira que a imensa maioria passa a pensar e a agir com aceitação frente às desigualdades sociais.

O Bolsa Família é um programa de transferência de renda condicionada; dentre as condicionalidades, a educação ocupa centralidade juntamente com a saúde e a assistência social. Em relação à condicionalidade da educação, o compromisso da família é com a frequência escolar de cada membro em idade escolar (de seis a 17 anos). O acompanhamento é realizado pela Secretaria da Educação de cada município, sob a responsabilidade do Ministério da Educação (MEC). Para serem contempladas com o benefício financeiro do PBF, as famílias devem cumprir as condicionalidades; caso isto não ocorra, são penalizadas com notificação, suspensão e podem chegar à exclusão do programa. De acordo com o MEC, o objetivo da condicionalidade da educação não é somente o de controlar a frequência escolar dos alunos, mas o de lhes diagnosticar as razões da baixa ou não frequência, tendo em vista enfrentar a evasão e estimular a permanência e a progressão educacional das crianças e jovens em situação de vulnerabilidade (BRASIL, 2012).

Sob a condicionalidade da educação, o governo transfere às escolas públicas a responsabilidade de controlar a frequência dos alunos inseridos no programa. Caso o

filho ou um dos filhos da família tiver frequência inferior a 85% das aulas, o benefício será suspenso, mesmo que por pouco tempo. De acordo com Silva e Lima (2010, p. 98), é necessário considerar que o fato das crianças e adolescentes permanecerem no sistema escolar “não é suficiente para romper com o ciclo da pobreza, pois demanda um ensino de qualidade e outras atenções que só serão alcançadas com a melhoria geral das condições de vida das famílias”.

A educação assume a função de aliviar a pobreza e contribuir para o desenvolvimento econômico do país, inclusive cabe destacar que a ideia de futuro está relacionada à educação das crianças e adolescentes em terem melhores oportunidades na vida do que os próprios pais (BRASIL, 2010a).

Ao analisar o cumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família as autoras (FREITAS; LAGO E SILVA, 2012) advertem para o papel do Estado que não fosse apenas o de garantir o acesso aos direitos, mas também de possibilitar, no caso do direito à educação, não somente a vaga na escola, mas a garantia de

[...] uma educação de qualidade que habilitasse os sujeitos para o trabalho remunerado de forma condizente com suas necessidades. Além disso, a formação educacional deve contribuir para a formação de sujeitos críticos, os quais teriam uma consciência de cidadania que lhes possibilitasse uma apreensão crítica sobre sua realidade e a possibilidade de ‘cobrar’ dos governantes os direitos já garantidos pela Constituição Federal (FREITAS; LAGO; SILVA, 2012, p. 92).

De acordo com as autoras (FREITAS; LAGO; SILVA, 2012, p. 93), o PBF viabiliza, por meio do cumprimento das condicionalidades, o investimento do Estado na formação de capital humano, o que justifica gastos em políticas públicas sob o interesse de aumentá-las a capacidade produtiva.

Nos termos de agenda social do Governo Lula, como Leher (2005, p. 51) bem define, as políticas dos organismos multilaterais “seguem guiando os cérebros do Governo Lula da Silva”, sobretudo as do Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). Nesses moldes da agenda, a educação é destacada como aquela que

[...] tem potencial para reduzir as desigualdades de oportunidades educacionais. Integram a agenda iniciativas como a formação e a valorização dos professores, a eletrificação de escolas rurais, a implantação de laboratórios de informática nas escolas públicas, a alfabetização de jovens e adultos e a reestruturação e expansão das universidades federais, bem como a oferta de bolsas para alunos de baixa renda cursarem o ensino superior em instituições privadas. (IPEA, 2010, p. 17).

É dada à educação a função de solucionar o problema da pobreza no Brasil, porém, Xavier e Deitos (2006) entendem que essas medidas do Estado em atribuir à educação, especialmente ao processo de escolarização esta função, cumpre a finalidade ideológica dos embates sociais tensionados pela discussão do acesso popular às necessidades humanas básicas.

No PBF, a educação ocupa o lugar de falseamento da realidade, pois oculta que a sociedade capitalista seja fundamentada na divisão de classes³ e indica a educação como possibilidade de quebrar o ciclo geracional da pobreza. Sob tal perspectiva, além de assumir a função de reduzir a pobreza, a educação assumiria também a responsabilidade pelo desenvolvimento do país. Segundo Leher (2010, p. 372), as políticas educacionais estão em consonância direta com as diretrizes, recomendações e condicionalidades dos organismos multilaterais, porém elas são definidas e aplicadas de maneira recontextualizada, de acordo com a situação histórica, política, econômica e cultural do país. De fato, a agenda do Banco Mundial é implementada ativamente no Brasil pela burguesia local, não como mero 'receituário' mas como interesse das frações burguesas, no âmbito da sociedade brasileira:

Ignorar que o aprofundamento do capitalismo dependente somente é possível com o protagonismo das frações burguesas locais é um erro teórico que provoca pesadas consequências políticas e estratégicas como a circunscrição do campo de análise ao Estado-nação. (LEHER, 2010, p. 372).

³ Marx e Engels (1999, p. 10) assim se pronunciaram: “Nossa época – a época da burguesia – distingue-se, contudo, por ter simplificado os antagonismos de classe. A sociedade se divide cada vez mais em dois grandes campos inimigos, em duas classes que se opõem frontalmente: burguesia e proletariado”.

Por meio dessa lógica, Leher (2005) comenta que o BM, mesmo ao buscar inserir no discurso e em suas políticas uma roupagem social e humanitária, continua sua destruição em massa, associada às políticas do Fundo Monetário Internacional (FMI). Com base em Evangelista e Shiroma (2005, p. 4) ressaltamos que,

[...] a linguagem usada em documentos de organismos internacionais sobre educação, nas duas últimas décadas (1990-2000), permite constatar transformações no discurso veiculado. No início dos anos 1990, girava em torno de conceitos como produtividade, qualidade, competitividade, eficiência e eficácia. No final da década, o viés economicista explícito deu lugar a uma face humanitária por meio da qual a política educacional ocuparia o lugar de solução dos problemas humanos mais candentes, em especial o problema da sobrevivência na sociedade atual. Enfatizam-se conceitos como justiça, equidade, coesão social, inclusão, *empowerment*, oportunidade e segurança, todos articulados pela ideia de que o que faz sobreviver uma sociedade são os laços de 'solidariedade' que se vão construindo entre os indivíduos.

No processo de ajustamento econômico com rosto humano, o Banco Mundial direciona ações para grupos de pessoas mais vulneráveis. Evangelista e Shiroma (2005, p. 9) explicam que, para tanto,

Era necessária uma fundamentação não apenas moral, mas também econômica. A pobreza adquiriu nova centralidade do discurso quando o Banco Mundial difundiu seu informe de 1990, no qual alertava para a necessidade de promover uso produtivo do recurso mais abundante dos pobres: o trabalho. Era necessário prover-lhes serviços sociais básicos. O caminho aventado para aumentar tal recurso foi o investimento em educação. Num contexto de mundialização do capital, o resultado foi o aumento acelerado da pobreza vista como efeito deletério da globalização.

Nesse sentido, para Figueiredo (2008), na concepção ideológica do Banco, investir na formação de capital humano requer maiores investimentos em educação e saúde básicas que, conseqüentemente, produzirão a redução da pobreza e o aumento da produtividade dos pobres. Para o BM, o atendimento e o investimento na educação e na saúde básicas contribuem para inserir o indivíduo no mercado de trabalho, visto que a força de trabalho do pobre é o seu maior bem. Na concepção do Banco, o que importa é a oferta de oportunidades à população e não o resultado final.

[...] embora campos de atuação mais equilibrados possam traduzir menor desigualdade de desempenho educacional, condições de saúde e renda, o objetivo da política não é a igualdade de resultados finais. Na verdade, mesmo com uma igualdade de oportunidades genuína, sempre são esperadas algumas diferenças de resultado devido a diferentes preferências, talentos, esforço e sorte. (BANCO MUNDIAL, 2006, p. 3).

Nessa perspectiva, a função do Estado é ampliar o conjunto de oportunidades para os pobres. O governo de cada país deve investir em políticas específicas, possibilitar aos pobres maiores oportunidades e aumentar sua contribuição econômica para a sociedade. Conseqüentemente, este conjunto de ações reduziria a pobreza do país, não sem preservar o respeito e o aumento às liberdades individuais. Uma das metas de longo prazo do Brasil é eliminar progressivamente a vulnerabilidade social e, em relação à pobreza extrema, reduzi-la à metade até 2015. Ademais, o Brasil precisa alcançar maior equidade e incluir melhorias na produção do conhecimento e na capacitação profissional, com maior longevidade e saúde. Outro fator necessário, segundo o BM, é investir em um crescimento econômico que gere emprego e renda à população – essencial para combater a pobreza (BANCO MUNDIAL, 2003, p. 31).

No processo de globalização da economia, o investimento em políticas restritas e compensatórias pelo Estado – consubstanciadas por organismos multilaterais, sobretudo o Banco Mundial – para atendimento emergencial e seletivo dos grupos em extrema pobreza implica a meta de manter a pobreza em patamares controláveis, bem como a administração dos efeitos recessivos das duras políticas de ajuste econômico (FIGUEIREDO, 2008).

O discurso do Banco, em termos de investimento nas pessoas por meio do capital humano, enfatiza adaptar o trabalhador aos moldes das novas tecnologias, como é evidenciado pela própria agência: em “termos do desenvolvimento de uma força de trabalho mais qualificada, saudável e ágil, capaz de inovar e de se adaptar às novas tecnologias para aumentar a produtividade total dos fatores”. (BANCO MUNDIAL, 2008, p. 48).

Neves (2005) assinala que o investimento em capital humano, como é recomendado pelo BM ao governo, por meio dos aconselhamentos e empréstimos

financeiros em programas com condicionalidades como o Bolsa Família, é explicado como forma de redução da pobreza. A autora afirma, contudo, que essa estratégia legitima a política pelo consentimento ativo do povo brasileiro.

Para Leher (2003), a educação deve ser pensada no âmbito da luta de classes como campo em movimento e em disputa, tendo em vista uma educação específica e regida pela classe trabalhadora; isto é, uma educação que forneça os elementos e as condições necessárias à emancipação humana e à formação do ser humano. Desse modo, deixaria de ser pensada como formação de capital humano, como os intelectuais da burguesia e organismos multilaterais o fazem na elaboração e instituição de suas políticas.

Não obstante a vinculação da educação – capital humano – à formação para o trabalho simples ou para o exército de reserva, uma vez que o PBF condiciona a transferência do recurso às famílias que têm filhos matriculados na educação básica e apenas à permanência do aluno na escola, observamos, nas proposições do BM, que

[...] partindo desses ganhos, [que] devem ser realizados esforços para ampliar os resultados do programa sobre o capital humano, com o objetivo de reduzir a pobreza no longo prazo, por exemplo, ampliando os incentivos para que os jovens permaneçam na escola, por meio da sua elegibilidade entre 15 e 17 anos, e concluam o ciclo escolar. O Brasil também precisa encontrar formas institucionalmente viáveis de ajudar na melhoria da oferta de emprego e da produtividade dos trabalhadores pobres, para ajudá-los a sair da pobreza. Nesse sentido, os beneficiários do PBF devem ser vinculados a programas complementares para: (a) treinar os trabalhadores pobres e os jovens (por exemplo, por meio de programas de aprendizado para a vida inteira, alfabetização e educação de adultos, e treinamento profissional); (b) aumentar a capacidade dos pobres de conseguir melhores empregos (por exemplo, utilizando serviços específicos de intermediação e esquemas de informação sobre ofertas de trabalho), e (c) outras atividades para aumentar a produtividade (como os projetos de desenvolvimento rural, microcrédito, etc.). Também são necessários esforços proativos de contato com as populações de difícil alcance, como os indígenas e quilombola. (BANCO MUNDIAL, 2008, p. 49-50).

A educação é pautada na formação para o trabalho simples, uma vez que a prioridade do ponto de vista do capital é o aumento da produtividade da força de trabalho que garanta, além da reprodução das condições materiais de vida, a coesão

social e o consentimento ativo dos dominados. Para Neves (2008, p. 115), as políticas compensatórias assumem “o papel político-ideológico fundamental de instrumento da nova pedagogia da hegemonia”. As políticas sociais adotadas pelo Governo Lula se articulam ao processo de flexibilização/precarização⁴ do trabalho, com direitos sociais e trabalhistas, especialmente, a saúde, educação e a previdência social que estão sendo retirados dos trabalhadores. Do ponto de vista de Druck e Filgueiras (2007, p. 30),

[...] essas políticas de combate à pobreza reduzem, momentaneamente, as carências das populações mais miseráveis, as mesmas estão, de fato, inseridas numa lógica mais geral liberal e num programa político conservador e regressivo socialmente, próprios da nova fase por que passa o capitalismo sob hegemonia do capital financeiro.

As políticas sociais, entretanto, mais especificamente o Programa Bolsa Família, assumem no Governo Lula a função de amortecimento de tensões sociais dentro do projeto liberal de sociedade, pois elas

⁴ Antunes (2008, p. 4) aponta o padrão de acumulação que surge a partir dos anos 1970 e evidencia a reestruturação do capital em escala global, de maneira que o trabalho precário foi redesenhado sob novas e velhas modalidades de trabalho. Em âmbito mundial, o capital teve o objetivo de recuperar as formas econômicas, políticas e ideológicas da dominação burguesa. Proliferaram, a partir de então, as distintas formas de “empresa enxuta”, “empreendedorismo”, “cooperativismo”, “trabalho voluntário” etc., dentre as mais distintas formas alternativas de *trabalho precarizado*. E os capitais utilizaram expressões que, de algum modo, estiveram presentes nas lutas sociais dos anos 1960, como *controle operário*, *participação social*, para dar-lhes outras configurações, muito distintas, de modo a incorporar elementos do discurso operário, porém *sob clara concepção burguesa*. O exemplo das cooperativas talvez seja o mais eloquente, uma vez que, em sua origem, as cooperativas eram reais instrumentos de luta e defesa dos trabalhadores contra a precarização do trabalho e o desemprego. O que fazem os capitais em escala global: criam cooperativas *falsas*, como forma de tornar ainda mais precários os direitos do trabalho, quando não sua destruição. Sabemos que as cooperativas *originais*, criadas autonomamente pelos trabalhadores, têm um sentido coletivo, em oposição ao despotismo fabril e ao planejamento gerencial, sendo por isso um real instrumento de minimização da barbárie, de luta e ação contra o desemprego estrutural, consistindo também num efetivo embrião de exercício autônomo da produção coletiva dos trabalhadores”. Para Antunes (2008, p. 6-7) “o mesmo quadro de precarização se pode presenciar quando se analisam as diversas modalidades de ‘flexibilização’ do trabalho, que trazem, de modo embutido, diferentes formas de precarização. [...] Dentre as distintas formas de flexibilização – em verdade precarização – podemos destacar a salarial, de horário, funcional ou organizativa, dentre outros exemplos. A flexibilização pode ser entendida como ‘liberdade da empresa’ para desempregar trabalhadores; sem penalidades, quando a produção e as vendas diminuem; liberdade, sempre para a empresa, para reduzir o horário de trabalho ou de recorrer a mais horas de trabalho; possibilidade de pagar salários reais mais baixos do que a paridade de trabalho exige; possibilidade de subdividir a jornada de trabalho em dia e semana, segundo as conveniências das empresas, mudando os horários e as características do trabalho (por turno, por escala, em tempo parcial, horário flexível etc.), dentre tantas outras formas de precarização da força de trabalho”.

[...] não têm capacidade de desarmar os mecanismos estruturais de reprodução da pobreza. De fato, apenas funcionaliza a pobreza, mantendo em permanente estado de insegurança, indignação e dependência o seu público alvo, permitindo, assim, a sua manipulação política para objetivos estranhos aos seus reais interesses. (DRUCK; FILGUEIRAS, 2007, p.30).

Neste contexto, Neves (2008) discute a importância da educação escolar no processo de luta da classe trabalhadora, como espaço de disputa de concepções de mundo. Para a autora, a escola

Vem se constituindo também em demanda da classe trabalhadora para o exercício de tarefas simples e complexas na produção de vida e também para a compreensão das relações sociais historicamente constituídas e do seu lugar nessas relações. A escola pode ser útil à classe trabalhadora como instrumento de barganha por melhores condições de trabalho, como instrumento da formulação de uma concepção de mundo emancipatória das relações sociais vigentes. Mas, para que a educação escolar se transforme efetivamente em instrumento de conscientização da classe, ela precisa superar a sua sempre crescente submissão aos imperativos técnicos e ético-políticos da mercantilização da vida, privilegiando na sua estruturação curricular a omnilateralidade e a politecnicidade. (NEVES, 2008, p. 29).

Desse modo, faz-se necessário que nos indaguemos sobre nossa posição mediante o processo de formação das consciências, objetivo de luta da classe trabalhadora, que rompe com a lógica conformadora do capital, como adverte Mészáros (2008, p. 47):

O que precisa ser confrontado e alterado fundamentalmente é todo o sistema de internalização, com todas as suas dimensões, visíveis e ocultas. Romper com a lógica do capital na área da educação equivale, portanto, a substituir as formas onipresentes e profundamente enraizadas de internalização mistificadora por uma alternativa concreta abrangente.

Tomamos as palavras de Leher (2009, p. 245): “a nossa tarefa civilizatória não pode ser outra que a busca de um real universalismo para que a escola pública possa ser espaço sonhado pelos lutadores da Comuna de Paris (1871): a escola unitária, que conjuga ciência, arte, tecnologia, cultura e forte base histórico-social”, aí reside o desafio da classe trabalhadora.

3 Considerações finais

A pesquisa possibilitou-me evidenciar pela análise dos documentos nacionais do Programa Bolsa Família e do BM, no entanto, que, entre 2003 e 2010, a educação foi definida pelo Governo Lula e pelo Banco Mundial como formação de capital humano e voltada ao mercado de trabalho e/ou o empreendedorismo, pois o que importa é formar força de trabalho com pouca qualificação ou induzir o investimento em negócio próprio, tornando o receptor um empreendedor⁵. Ainda, encontramos uma ideia disseminada que responsabiliza o indivíduo por sua pobreza.

Pela documentação, realçamos uma conexão entre o Programa Bolsa Família e o Banco Mundial, qual seja: ao se investir nas pessoas mediante a educação, a saúde, o emprego, a cultura, resolver-se-ia o problema da pobreza. Entretanto, tal problema não é geracional nem conjuntural, é um problema econômico-político estrutural, próprio do capitalismo contemporâneo, portanto, estas estratégias obscurecem a realidade experimentada pelos trabalhadores brasileiros.

O Programa Bolsa Família, como política focalizada e compensatória, consubstancia a proposta política e de financiamento do Banco Mundial e isto justifica as condicionalidades nas áreas de educação e saúde básicas, pois faz parte das proposições definidas pelo BM para o combate à pobreza na lógica seletiva e emergencial de programas focalizados. Tais orientações, como referido, não derivam de imposições unilaterais, mas de um pacto entre frações de capital, nacional e internacional.

Dessa forma, comprovamos a hipótese de que a formação de capital humano se articula à formação para o trabalho simples, bem como ao exército de reserva.

⁵ Segundo Coan (2010, p. 15-16), “A temática do empreendedorismo e sua vinculação ao campo educacional ganhou relevo nos últimos tempos. A expansão de pesquisas e projetos que visam a educar para o empreendedorismo expressam o desejo e a necessidade de se formar um trabalhador de novo tipo caracterizado como trabalhador/empreendedor com perfil e espírito inovador, criativo e proativo, capaz de criar seu próprio negócio ou agir como se fosse dono da organização ou como intraempreendedor evidenciando o caráter liberal centrado no papel social do indivíduo abstraído das determinações estruturais, notadamente de ordem econômica. Essa proposição de educar para o empreendedorismo precisa ser questionada. [...] A educação para o empreendedorismo tem o propósito de formar o homem de novo tipo: o trabalhador/empreendedor e, de modo simultâneo, construir um novo modelo de escola: a escola empreendedora”.

Constatamos que a formação do capital humano, articula-se ao trabalho simples, bem como à produção do exército de mão-de-obra de reserva. Ser pobre, nessa concepção, é não ter tido a oportunidade de sair da pobreza, razão pela qual a política é a de investir nas pessoas a fim de que elas sejam as responsáveis pelo direcionamento de suas vidas e também possam romper com o ciclo geracional da pobreza – isto é, que trabalhem ou, mais precisamente, que tenham seu trabalho explorado. A pobreza geracional seria supostamente quebrada pela educação de crianças e adolescentes.

Assinalamos que tal documentação possibilitou compreender o Programa e as nervuras que o estruturam, seu contexto histórico, econômico, político e social, que obscurecem as principais linhas contidas nas relações sociais do modo de produção capitalista que, para Netto (2010, p. 136), “não é tão-somente produção e reprodução de mercadorias e de mais-valia; é produção e reprodução de relações sociais”.

Deste modo, entendemos que as políticas sociais brasileiras, sobretudo o Programa Bolsa Família, são produto das relações capitalistas hegemônicas e expressam as mediações exigidas pelas tensões derivadas das disputas históricas travadas entre interesses de classes antagônicas (XAVIER; DEITOS, 2006).

O fio condutor da política social do Governo Lula promove a coesão em torno de seu governo. No conceito de pobreza, disseminado tanto pelo governo quanto pelo BM, defende-se que o sujeito deve se auto-responsabilizar por seu eventual fracasso – ou sucesso. No primeiro caso, a saída sugerida é o desenvolvimento do espírito empreendedor por meio do qual o sujeito teria boas condições de existência alcançadas.

A Educação tem assumido, progressivamente, papel importante como estratégia política para a redução da pobreza, de maneira que deriva para a assistência social e recupera a ideia “salvacionista” e “redentora”. Para Neves (2008, p. 115), as políticas compensatórias assumem o “papel político-ideológico fundamental de instrumento da nova pedagogia da hegemonia”. Por sua vez, Xavier e Deitos (2006) entendem que as medidas do Estado de atribuir à educação, especialmente ao processo de escolarização, a função de solucionar a pobreza, cumpre a finalidade ideológica de nublar os embates

sociais tensionados pela discussão do acesso da classe trabalhadora às necessidades humanas básicas.

Para o Banco Mundial, o investimento na educação e na saúde básicas contribui para a inserção do sujeito no mercado de trabalho, de maneira que a força de trabalho do pobre seria o seu maior bem. Sob tal visão, cabe ao Estado ampliar o conjunto de oportunidades para os pobres, com investimento em políticas específicas, o que faria aumentar sua contribuição econômica para a sociedade e, conseqüentemente, reduzir por si a pobreza do país. Em desacordo com essa leitura da realidade, resta-nos questionar: como entendemos que seja o papel da educação para além do que é proposto no Programa Bolsa Família ou para além do papel da educação como formação de capital humano como é recomendado pelo Banco Mundial?

Buscamos respondê-la com base nas palavras de Leher (2010 p. 410): “[...] os educadores comprometidos com a emancipação humana, frente à expropriação e à exploração, precisam alargar o campo de alianças, inserindo a luta pela educação pública unitária na agenda das lutas sociais mais amplas contra a mercantilização da educação”. A educação deve ser pensada no âmbito da luta de classes, como campo em movimento e em disputa. Deve ser entendida de modo específico e regida pela classe trabalhadora, isto é, uma educação que forneça os elementos e as condições necessárias à emancipação humana e à formação do ser humano (LEHER, 2003). Assim, deixaria de ser pensada como formação de capital humano, como os intelectuais da burguesia e organismos multilaterais o fazem na elaboração e implementação de suas políticas. Apoiadas em Evangelista (2008, p. 561) persistimos em nossa convicção de que “em poucas e vitais palavras: é lutar contra ‘a exploração, a opressão, a dominação e a alienação – isto é, contra o domínio do capital’, tarefa inexoravelmente educacional, ainda que não só”, e em Neves (2008), de que a educação escolar é um espaço de disputa de concepções de mundo.

Diante desse cenário, não é possível ficarmos somente em volta de nós mesmos e desconsiderarmos que “somos sujeitos históricos, capazes de apropriar-nos da dimensão pública da escola e do conhecimento como direito social, capazes de lutarmos pela socialização dos bens culturais e materiais” (EVANGELISTA; SHIROMA, 2007, p. 539).

Nessa arena, portanto, a disputa pelo projeto de uma educação pautada para além do capital deve prevalecer como presença e horizonte da luta da classe trabalhadora.

4 Referências

ANTUNES, Ricardo. **Século XXI: Nova Era da precarização estrutural do trabalho?**. Seminário Nacional de Saúde Mental e Trabalho - São Paulo, 28 e 29 de novembro de 2008. Disponível em: <<http://www.fundacentro.gov.br/dominios/CTN/anexos/Mesa%201%20-%20Ricardo%20Antunes%20texto.pdf>>. Acesso em 25 jan. 2013.

BANCO MUNDIAL. **Um Brasil mais Justo, Sustentável e Competitivo: estratégia de assistência ao país 2004-2007**. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2008/07/24/000020953_20080724142853/Rendered/PDF/361160PORTUGUESEoBOX0327393B.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2011.

BANCO MUNDIAL. **Desenvolvimento mundial: equidade e desenvolvimento**. Washington, DC, 2006. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/INTWDR2006/Resources/477383-1127230817535/0821364154.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2011.

BANCO MUNDIAL. **Estratégia de parceria com o Brasil: 2008-2011**. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/BRAZILINPOREXTN/Resources/3817166-1220388091471/EPBrasil2008.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2011.

BRASIL. **Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004**. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2004a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm>. Acesso em: 10 abril de 2011.

BRASIL. **Decreto n. 5.209, de dezessete de setembro de 2004**. Regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2004b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5209.htm>. Acesso em: 10 abril de 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à fome. **Bolsa Família: cidadania e dignidade para milhões de brasileiros**. Brasília, DF: MDS, 2010a. Acesso em: 05 abril 2011.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Objetivos de desenvolvimento do milênio: relatório nacional de acompanhamento**. Brasília: Ipea, 2010b. Disponível em: <

http://www.pnud.org.br/Docs/4_RelatorioNacionalAcompanhamentoODM.pdf>. Acesso em: 05 abril 2011.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social. **Condicionalidades:** bolsa família. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades>>. Acesso em: 12 jan. 2013.

COAN, Marival. **Educação para o Empreendedorismo:** implicações epistemológicas, políticas e práticas. 2010. 540 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2010.

DEITOS, Roberto Antonio; XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. Estado e Política Educacional no Brasil. In: DEITOS, Roberto Antonio; RODRIGUES, Rosa Maria (Org.). **Estado, Desenvolvimento, Democracia & Políticas Sociais.** Cascavel, PR: EDUNOESTE, 2006.

DRUCK, Graça; FILGUEIRAS, Luiz. Política social focalizada e ajuste fiscal: as duas faces do Governo Lula. **Revista Katálysis**, v. 10, n. 1, p. 24-34, jun. 2007.

EVANGELISTA, Olinda; LEHER, Roberto. Todos pela Educação e o episódio Costin no MEC: a pedagogia do capital em ação na política educacional brasileira. **Trabalho Necessário**, Niterói, RJ, ano 10, n. 15, p. 1-29, 2012. Disponível em: <<http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN1519%20Artigo%20Roberto%20Leher%20e%20Olinda%20Evangelista.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2013.

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida O. Educação para o alívio da pobreza: novo tópico na agenda global. In: CONGRESSO IBEROAMERICANO DE HISTORIA DE LA EDUCACIÓN LATINOAMERICANA, 7. 2005, Quito. **Anais...** Quito: CIHELA, 2005.

EVANGELISTA, Olinda. **Apontamentos para o trabalho com documentos de Política Educacional.** 2008. Disponível em: <http://www.dfe.uem.br/texto.Olinda.PDF>. Acesso em: 18 agosto 2011.

FIGUEIREDO, Irene Marilene Zago. A centralidade em educação e em saúde básicas: a estratégia político-ideológica da globalização. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 19, n. 1, jan./abr. 2008.

FREITAS, Rosana de C. Martinelli; LAGO, Mara Coelho de Souza; SILVA, Elizabeth Farias. Programa Bolsa Família em Florianópolis: velhas questões, outros olhares. In: SARMENTO, Hélder Boska de Moraes (Org.). **Serviço Social:** questões contemporâneas. Florianópolis, SC: Ed. UFSC, 2012. p. 75-104.

LEHER, Roberto. **Os anos Lula**: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

LEHER, Roberto. Educação no capitalismo dependente ou exclusão educacional? In: MENDONÇA, Sueli Guadalupe de Lima; SILVA, Vandef Pinto da; MILLER, Stela (Org.). **Marx, Gramsci e Vigotski**: Aproximações. Araraquara, SP: Junqueira & Marin; Marília, SP: Cultura Acadêmica, 2009.

LEHER, Roberto. **Educação no Governo Lula da Silva**: Reformas sem projeto. Revista Adusp. Maio de 2005. pp 46-54.

LEHER, Roberto. **O Governo Lula e os movimentos sociais**. In: OSAL (Buenos Aires) n. 10, abril de 2003.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

NEVES, Lúcia M. W. (Org.) **A nova pedagogia da hegemonia**: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

NEVES, Lúcia M. W. (Org.). **Direita para o social e esquerda para o capital**: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil. São Paulo: Xamã, 2008.

NETTO, José Paulo. **Economia política**: uma introdução crítica. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SADER, Emir. Prefácio. In: MÉSZÁROS, István. **A educação para além do Capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

SHIROMA, Eneida O.; EVANGELISTA, Olinda. Professor: protagonista e obstáculo da reforma. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 33, n. 3, set/dez. 2007.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Avaliando o Bolsa Família**: unificação, focalização e impactos/ Maria Ozanira da Silva e Silva (coord.), Valéria Ferreira Santos de Almada Lima. São Paulo: Cortez, 2010.